



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

QUARTA PROMOTORIA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA nº 04/2006

Aos 23 dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, na Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, perante a Promotora de Justiça **Dr. TIAGO ALVES FIGUEIRÊDO**, compareceu o Sr. **ANTÔNIO ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, funcionário público aposentado, natural de Iguatu/CE, portador do CPF nº 010525783-49 e do RG nº 7.349.393/SSP-SP residente e domiciliado na QI 23, Conj. 15, casa 26 – Lago Sul, Distrito Federal, para firmar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em verdade título executivo extrajudicial, de conformidade com o disposto no art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347 de 24 de julho de 1985, e o art. 585, II e VII, do Código de Processo Civil.

1. **Considerando** o Inquérito Policial nº 116/2004, da Delegacia Especializada do Meio Ambiente do Distrito Federal (DEMA/DF) e;
2. **Considerando** o teor dos Laudos de Exame em Local nº 18.195/2004 e nº 6.179/2005 do Instituto de Criminalística do Distrito Federal, que passam a integrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta;

Assume o Sr. **ANTÔNIO ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, o compromisso de efetuar medidas de adequação legal, compensação e mitigação de impactos ambientais na Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, nos seguintes termos:



CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica o **COMPROMISSÁRIO** incumbido da obrigação de fazer consistente na desocupação da área pública localizada na parte posterior do Lote 26 do Conjunto 15 da QI 23 do Lago Sul/DF, no prazo de até 90 (noventa) dias da data da assinatura do presente Termo, promovendo para tanto a retirada: **1** - das cercas particulares que circundam toda a área pública; **2** - da quadra de areia; **3** - do canil; **4** - e de todas as edificações ou obras particulares porventura existentes na área objeto pública deste Termo.

Parágrafo único – As cercas de propriedade do **COMPROMISSÁRIO** deverão ser recuadas até o limite do seu lote.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica o **COMPROMISSÁRIO** incumbido da obrigação de deixar fazer consistente em permitir que a Secretaria de Estado de Parques e Unidades de Conservação – **COMPARQUES**, promova a recomposição da morfologia do solo onde forem retiradas as edificações existentes e a recuperação da área com espécies arbóreas, arbustivas e gramíneas nativas do ecossistema local (Bioma Cerrado).

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica o **COMPROMISSÁRIO** incumbido da obrigação de deixar fazer consistente em permitir que a Secretaria de Estado de Parques e Unidades de Conservação – **COMPARQUES**, promova a colocação da cerca de alambrado oficial do Parque Ecológico Canjerana no limite definido para sua poligonal.

CLÁUSULA QUARTA – Fica o **COMPROMISSÁRIO** incumbido da obrigação de dar consistente na doação, até 30 (trinta) dias da data da assinatura do presente Termo, de 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao Fundo Pró-Parques, criado pela Lei Distrital nº 3.280, de 31 de dezembro de 2003, e gerido pela Secretaria de Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal – **COMPARQUES**, cujo número da conta concorrente no Banco de Brasília (BRB) e demais dados bancários necessários ao depósito serão fornecidos pela **COMPARQUES**.



Parágrafo Primeiro – O recurso deverá ser aplicado exclusivamente nos programas de trabalho relacionados à recuperação e manejo do Parque Ecológico Canjerana.

Parágrafo Segundo – O **Ministério Público** controlará a fiel observância da aplicação dos recursos objeto desta cláusula, notificando o **COMPROMISSÁRIO** e a **COMPARQUES** do presente Termo sobre eventual inadimplemento ou desvio, fazendo tomada de contas do recebimento e da aplicação dos recursos financeiros objeto deste Termo, solicitando os documentos necessários para a conferência da fiel aplicação desses recursos e tomando as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para o seu devido cumprimento.

CLÁUSULA QUINTA – Ocorrendo descumprimento injustificado das obrigações ora assumidas, responderá o **COMPROMISSÁRIO**, por cada infração ao presente Termo, pelo pagamento de multa diária equivalente a 100,00 (cem reais), até o adimplemento da obrigação.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa será encaminhado ao Fundo Pró-Parques do Distrito Federal, sob a responsabilidade da **COMPARQUES**, devendo tal valor ser utilizado nos trabalhos citados na cláusula anterior.

Parágrafo Segundo – A multa ora definida não é substitutiva das obrigações pactuadas no presente Termo, que remanescem à aplicação da mesma.

Parágrafo Terceiro – O valor monetário das multas será sempre corrigido de acordo com as diretrizes legais traçadas pelo Poder Público Federal, de sorte a assegurar o seu valor real.

CLÁUSULA SEXTA – O **Ministério Público** se manifestará pelo arquivamento do Inquérito Policial nº 116/2004 com base no presente Termo de Ajustamento de Conduta o que não impedirá a adoção de outras medidas judiciais e extrajudiciais porventura julgadas cabíveis para a defesa dos direitos aqui tutelados, caso haja

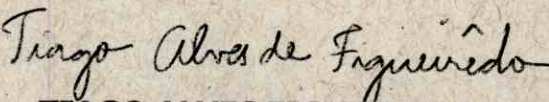


descumprimento do estatuído neste instrumento ou a ocorrência de fatos novos que configurem dano ambiental.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente Termo, que após lido e achado conforme vai devidamente assinado e rubricado pelas autoridades adiante nomeadas.

Brasília, 23 de junho de 2006.


ANTÔNIO ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA
COMPROMISSÁRIO


TIAGO ALVES FIGUEIREDO
Promotor de Justiça